



***Cerimónia de lançamento público do Programa de Apoio aos Actores Não  
Estatais em Moçambique no âmbito do 10º FED  
Sexta-feira 10 de Maio de 2013***

***Intervenção de S.E. o Embaixador Paul MALIN, Chefe da Delegação da  
União Europeia em Moçambique***

*Sua Excelência O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e  
Cooperação*

*Excelentíssima Senhora Directora do Gabinete do Ordenador  
Nacional*

*Excelentíssimos quadros do Governo de Moçambique*

*Excelentíssimos representantes dos Estados Membros da União  
Europeia*

*Estimados membros das organizações da sociedade civil*

*Caros participantes*

Estamos reunidos hoje para celebrar o lançamento do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais. A importância deste programa para a União Europeia não reside no montante, 5 milhões de euro, quase 200 milhões de meticias para o período até Setembro de 2016. A União Europeia concede pelo menos 50 milhões de euro

por ano ao Orçamento Geral de Estado. Assim, a importância do programa não é o montante financeiro disponibilizado, mas o grupo alvo, os actores não estatais e a dinâmica, a responsabilização mútua entre autoridades públicas e cidadãos que o programa pretende reforçar.

Para atingir o nosso objectivo, o Programa irá focar as suas intervenções em duas áreas inter-ligadas, que são um melhor conhecimento da noção de cidadania no seio da sociedade, e a melhoria do diálogo político e social entre os Actores Não Estatais e as Autoridades Públicas.

Como parceiro de apoio programático trabalhando estreitamente com o Governo, a União Europeia considera este modo de apoio o mais efectivo para alcançar resultados estruturais na redução da pobreza. Contudo, apoio aos actores não estatais contribui para aumentar o impacto e estender os benefícios do apoio concedido ao Governo.

O Programa parte do pressuposto que promovendo o princípio duma cidadania activa e interventiva aumenta a participação efectiva das comunidades na tomada de decisões e assim torna a governação mais participativa e inclusiva. O segundo pressuposto é que para melhorar a qualidade do diálogo político e social, quer a nível central quer no âmbito local, considera-se necessária uma papel mais pro-activa dos Actores Não Estatais durante as fases de

concepção, planeamento e acompanhamento de políticas nos respectivos sectores.

A União Europeia e a República de Moçambique mantêm relações privilegiadas, principalmente no âmbito do Acordo de Cotonou. Para atingir o objectivo de redução da pobreza, o Acordo reconhece como um dos pilares básicos a participação da sociedade civil e dos Actores Não Estatais na concepção e na execução de estratégias e de programas de desenvolvimento.

A vantagem comparativa é a proximidade dos Actores Não Estatais com a população, orientando e adaptando as suas intervenções às necessidades sentidas localmente. As organizações da sociedade civil também assumem o papel de actores e beneficiários do desenvolvimento e das políticas públicas.

A União Europeia considera sempre importante manter um diálogo com as organizações da sociedade civil e, sempre que possível, dinamizá-lo e aprofundá-lo. De facto, o diálogo é um elemento fundamental e imprescindível para que se possa desenvolver uma sociedade civil activa e uma cultura de cidadania benéfica para o desenvolvimento de um país.

Um diálogo equilibrado e construtivo depende do acesso a informação. A transparência na governação e a partilha e comunicação de informação criam a base de diálogo. Neste contexto saudamos o debate na Assembleia da República sobre o

aceso a informação. Reconhecemos o papel fundamental da comunicação social ao nível nacional e local. Recentemente, tive a oportunidade de visitar com os embaixadores dos Estados Membros da União Europeia duas rádios comunitárias, em Monapo e na Ilha de Moçambique e ver directamente o papel das rádios comunitárias na transmissão de informação e na promoção da cidadania.

Sem diálogo e sem um sentimento forte de cidadania, tanto o cidadão como as organizações da sociedade, ficam impossibilitados de poder contribuir de forma activa e construtiva nas orientações e decisões sobre o futuro do país.

Os vários papeis que as organizações da sociedade civil têm vindo assumir, como provedores de serviços, agentes de advocacia e monitoria na elaboração e implementação das políticas do Governo, não foram sempre fáceis em aceitar, assumir e implementar. Apesar do reconhecimento dado pelo Governo Moçambicano às iniciativas da sociedade civil, o valor acrescentado que surge da sua proximidade com a população não tem sido aproveitada suficientemente. Gostaríamos que a nossa contribuição capitalizasse esta forte vantagem comparativa.

No caso da União Europeia, a construção do projecto Europeu, o seu desenvolvimento democrático e económico, foi facilitado pela multiplicação de movimentos sociais, iniciativas de grupos

políticos e organizações da sociedade civil que lutaram pelo desenvolvimento e para melhores condições de vida e de trabalho. Sendo a União um projecto ao nível internacional ainda mais longe do cidadão a inclusão da Sociedade Civil no debate público e a sua contribuição na elaboração de estratégias e políticas são desafios permanentes. Neste sentido, a liberdade de associação e de expressão, o direito de acesso a informação e a participação na vida pública dos Actores Não Estatais são valores vitais para o funcionamento saudável da União Europeia.

Com o programa que lançamos hoje esperamos promover a proximidade da nossa cooperação com o Governo e a sociedade civil.

Para terminar, gostaria de exprimir os meus votos de sucesso ao novo programa. Espero que as contribuições activas de todos os intervenientes possam criar um melhor entendimento sobre os papéis e expectativas de cada um no diálogo e um entusiasmo sólido no fortalecimento da cidadania em Moçambique.

Obrigado